

A aliança em segundo tempo

Com Fernando Henrique Cardoso, em matéria de relações políticas, como as exigidas numa formação de governo de alianças ou na criação das condições necessárias à governabilidade, nunca dá para fazer os verbos funcionarem no tempo afirmativo.

Porém, todas as disposições medidas em conversas com seus colaboradores mais fiéis resultam na constatação de que, apesar da mudança clara do quadro político, FH continuará sendo FH. O que mudou foi a sua circunstância. O presidente não pode candidatar-se mais uma vez à reeleição, viu sair fortalecido das urnas um grupo de amigos tucanos refratário à aliança mais duradoura com partidos localizados à direita, e deseja fazer um segundo governo para ser inscrito na História.

Dentro desta nova situação, o presidente se conduzirá com jeito, mas ao velho estilo, frustrando quem estiver na expectativa do aparecimento de nova personalidade. Para formar o governo, está claro que serão aceitas pressões, como sempre foram, para manter os espaços de partidos aliados no Ministério, mas reclamações contra atos de soberania do presidente tenderão a fazer aquela trajetória em linha reta entre um ouvido e outro.

O presidente deixará que as sugestões e pressões aconteçam para em seguida agir exatamente como planejou e quis. Uma das decisões já tomadas é a de ampliar o seu próprio espaço na administração.

Neste critério se encaixa, por exemplo, a manutenção de todos os ministros do PSDB e do grupo mais próximo do presidente, inclusive o domínio sobre toda a política econômica e social, como também agora a criação do Ministério da Produção, para o qual já foi designado ministro, em conversas ainda informais do presidente, o atual titular das Comunicações, Luiz Carlos Mendonça de Barros. Numa reunião realizada na sexta-feira, no Palácio da Alvorada, o presidente, na presença dos interessados, aprovou em termos finais o novo ministério e o novo ministro.

Tendo como base o Ministério da Indústria e Comércio, o da Produção usará como instrumentos de fomento o BNDES e as linhas de financiamento da produção hoje localizadas no Banco do Brasil. Um aumento de poder significativo para os tucanos. A reação do PFL foi forte. O presidente do partido, Jorge Bornhausen, chegou a vetar claramente a nova pasta, mas o presidente Fernando Henrique não considerou a posição do partido, que é parceiro preferencial na aliança que o apóia.

Bornhausen teria agido desta forma, segundo um político da cúpula do PFL, para conter rebelião na base do seu partido, antecipando-se para não perder o controle da situação. De qualquer forma, Fernando Henrique deixou que o protesto se esfumasse para retomar com vigor o processo de criação do novo ministério.

Da mesma forma, está o presidente decidido a fazer convites para que participem do governo alguns políticos amigos que perderam a disputa de 1998, fazendo-se de desentendido quanto às críticas que já vem recebendo por pretender lotar o governo de derrotados, que certamente ocuparão lugares que seriam dos vitoriosos.

É o caso, por exemplo, do governador do Rio, Marcello Alencar, do PSDB, primeiríssimo em qualquer lista de amigos, que Fernando Henrique gostaria de contemplar e o fará, segundo garantem seus auxiliares mais próximos. Embora não tenha sido precisamente derrotado, pois não disputou as eleições, o governador não teve condições de concorrer e é considerado no Alvorada e no Planalto mais que um aliado, um amigo incondicional do presidente.

O senador Elcio Álvares, do PFL, líder do governo no Senado, é outro que não deve voltar para o Espírito Santo de mãos vazias, embora sejam do PSDB mais combativo os adversários que o derrotaram nestas eleições. Um dos líderes mais fiéis ao presidente, entre tantos governistas naquela Casa, o senador receberá recompensa. O novo posto de Elcio pode ser exatamente a diretoria do BNDES que havia sido dada antes ao agora senador Paulo Hartung, do PSDB capixaba, que derrubou o líder governista. É uma hipótese discutida entre ministros.

Ao governador do Rio Grande do Sul, Antônio Britto, derrotado pelo PT na sua campanha de reeleição, será dada uma missão importante, dizem os mais próximos ao presidente. E também aqui não se trata de compensar o PMDB, partido do governador, mas preservar em rumo definido a carreira de um dos políticos que o presidente privilegia em seu grupo de amigos feitos na política.

Outros aliados pessoalmente derrotados nas eleições, como os senadores pemedebistas Íris Resende e Jáder Barbalho, que perderam a disputa do governo de seus estados, saíram em condições de se manter na cena política. Além de uma bancada a eles fiel, no Senado e na Câmara, o que representa um dote importante na negociação com o governo, têm ainda quatro anos de mandato e, no caso de Barbalho, a presidência do PMDB.

O presidente não pensa reduzir o espaço no governo concedido ao PFL – no primeiro escalão, Minas e Energia, Previdência e Meio Ambiente – e ao PMDB – Transportes, Justiça e Desenvolvimento Regional, podendo cada um ficar com os três ministérios que tem hoje e até trocar os atuais ministros por novos.

O PPB vai perder o Ministério da Indústria e Comércio, a ser extinto com a criação do novo Ministério da Produção, mas deve manter o da Agricultura, pois não ficou pequeno o suficiente para merecer apenas um cargo de segundo escalão. O PTB, sim, enfraqueceu-se a ponto de ser rebaixado, e já tinha hoje um espaço incompatível com sua pequena força política. Mas se vier a formar um bloco com o PSDB, como tem sido cogitado no partido do presidente, volta a ter importância a ser considerada nas articulações.

O presidente Fernando Henrique está decidido a ampliar o seu próprio espaço no governo, apesar das reclamações
